

## NOTA EDITORIAL

### DOSSIÊ: TERRITÓRIO, GESTÃO DE RISCOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Desde a perspectiva da economia e dos negócios, a gestão de riscos se tornou um conceito usual e motivo para a preocupação de governos e agências internacionais. A assertiva de que vivemos em uma sociedade de riscos não é novidade, pois as preocupações sobre o tema remontam o século XX.

Esse tema também chega à Geografia, principalmente quando associado à dinâmica da natureza e às ações antrópicas, evidenciando espaços susceptíveis à vulnerabilidade ambiental. Para além da análise geoambiental, estudados no âmbito da Geografia Física, os riscos também ganharam dimensões de análises social e econômica. A gestão de riscos caracteriza-se, portanto, como importante instrumento associado ao ordenamento do território. Ao ganhar tal conotação, os riscos enquanto objeto de estudos passam pelo crivo da dimensão política do território. Emerge daí a necessidade de pensar e agir a partir de estudos, ações e políticas públicas que possam ser úteis à prevenção dos impactos sociais e dos danos ao meio ambiente.

Há riscos ambientais (desastres geodinâmicos, climáticos e meteorológicos, aplicação de técnicas, mapeamentos e metodologias para a prevenção de desastres, análises integradas de paisagens susceptíveis à erosão e riscos em áreas urbanas e rurais etc.), riscos sociais (habitação, ocupações irregulares em áreas urbanas, doenças e riscos à saúde, terrorismo, (in)segurança alimentar e outros riscos oriundos de processos sociais resultantes da segregação, insegurança urbana, reprodução da desigualdade e concentração da riqueza) e riscos de estratégias políticas e de desenvolvimento, oriundos de ações dos governos em diferentes escalas.

Aos estudos sobre gestão de riscos têm sido incorporadas ferramentas fundamentais que auxiliam no desenvolvimento de pesquisas mais assertivas, advindas do uso e aplicação das geotecnologias. O uso dessas técnicas pode ser observado nos trabalhos que compõem este dossiê. A proposta desse dossiê, nessa perspectiva, foi reunir publicações que discutam os riscos a partir de uma ou mais dimensões sociais de análise do território, buscando dialogar com as políticas públicas e os instrumentos de ordenamento territorial.

Dessa forma, o primeiro artigo aplica os indicadores do modelo HAND (*Height Above the Nearest Drainage*), especificamente a área de seção transversal e a declividade, a fim de

se mapear a susceptibilidade à inundação em Lucas do Rio Verde, Mato Grosso. A conclusão é que tais indicadores “demonstraram comportamento espacial consistente com os fenômenos hidrológicos esperados”, nas palavras dos autores.

Estudo na mesma linha foi realizado no segundo artigo sobre a variação da erosividade na cidade de Belém, ocasionada pelas chuvas. O recorte temporal utilizado pelos autores foi entre 1986 e 2015. Evidenciou-se, assim, que o risco de erosão na cidade potencializou-se nos períodos de combinação de fenômenos *La Niña* e Dipolo Negativo, o que merece maior atenção dos gestores públicos para evitar desastres ambientais relacionados à erosão.

Outro artigo desse dossiê advém de um estudo de caso do bairro Terra Branca Acima, localizado na cidade da Praia, em Cabo Verde. Aqui, a gestão de risco é analisada à luz do planejamento urbano, com o objetivo de se implementarem medidas preventivas para a mitigação do risco em uma escala local. Importante ainda foi produzir uma cartografia da localidade, visando ao planejamento urbano. As constatações centraram-se na ausência de avaliação, de análises profundas de medidas estruturais e de estratégias de mitigação de riscos. Agrava-se a situação com a falta de planejamento e infraestruturas básicas, que colocam a população em situação de vulnerabilidade a riscos ambientais e sociais.

Por fim, o último artigo traz uma análise bastante interessante sobre as redes institucionais na gestão de riscos em Santarém, estado do Pará. Os autores identificaram as instituições atuantes e as ações desenvolvidas na gestão de riscos e desastres na cidade, considerando para isso o recorte de bairros que foram acometidos por inundações lentas e enxurradas. Além das instituições atuantes, principalmente as públicas municipais e associações de bairro, destacou-se a necessidade de médias e grandes obras de infraestrutura para mitigar os impactos das enxurradas e inundações lentas.

Esperamos que os artigos contidos neste dossiê possam suscitar debates profícuos e ser úteis aos estudiosos dessa temática, bem como aqueles que vislumbram enveredar por outros conhecimentos possíveis e urgentes a nossa geografia. Desejamos uma leitura agradável! Aproveitamos para agradecer aos/às autores/as que creditaram à Revista GeoAmazônia a oportunidade de divulgação de suas pesquisas de alto nível, bem como aos pareceristas convidados que atestaram a relevância dos textos e apontaram importantes sugestões para a melhoria dos artigos.

Organizadores do dossiê:

Prof. Marcos Nicolau Santos da Silva (UFMA/Câmpus de Grajaú)

Prof. Luciano Rocha da Penha (UFMA/Câmpus de Grajaú)